

J. M. LEONI LOPES DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Membro Fundador da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC)

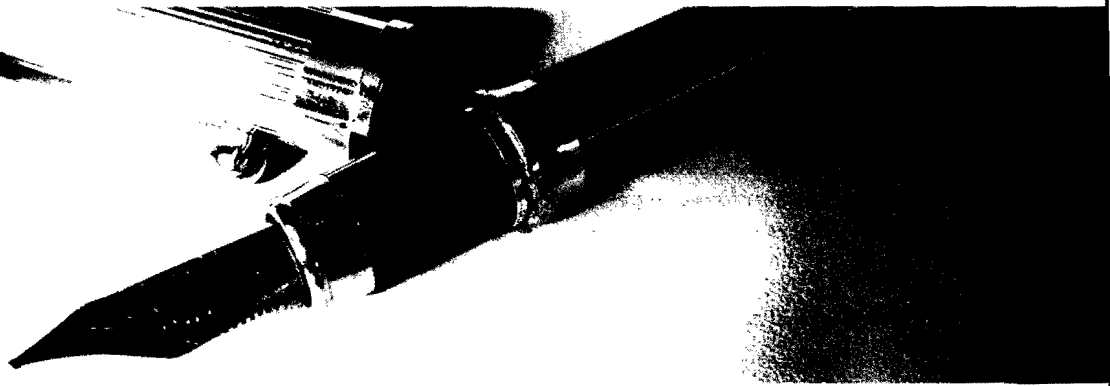
Professor da Fundação Escola do Ministério Público do

Estado do Rio de Janeiro (FEMPERJ)

Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)

CURSO DE DIREITO CIVIL

VOLUME I



PARTE GERAL

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2015

© 2014 by Editora Atlas S.A.

Capa: Nilton Masoni

Projeto gráfico e composição: Set-up Time Artes Gráficas



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, J. M. Leoni Lopes de
Parte geral / J. M. Leoni Lopes de Oliveira. – São Paulo: Atlas, 2015. –
(Coleção curso de direito civil; v. 1).

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9536-8

1. Direito civil 2. Direito civil – Brasil I. Título. II. Série.

14-11360

CDU-347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Abreviaturas, xxxv

Nota explicativa, xxxvii

I As pessoas, 1

- 1 Visão sociológico-jurídica das pessoas, 1
 - 1.1 Visão filosófica da pessoa, 1
 - 1.2 A pessoa na sociedade capitalista, 4
 - 1.3 O processo de socialização, 6
 - 1.4 Crítica à teoria nominalista, 6
 - 1.5 Crítica à visão socialista, 7
 - 1.6 Pessoa e homem, 7
 - 1.7 O homem como o fim do direito, 9
 - 1.8 O princípio da dignidade da pessoa humana, 11
- 2 Evolução histórica, 13
 - 2.1 A antiguidade, 13
 - 2.2 A Idade Média e o Renascimento, 18
 - 2.3 Os desvios do século xx, 19
- 3 Localização das pessoas nos sistemas jurídicos, 20
 - 3.1 A importância da localização, 20
 - 3.2 A localização das pessoas nos sistemas jurídicos, 20
- 4 A visão doutrinária das pessoas, 22
 - 4.1 A pessoa como derivada do *status*, 22
 - 4.2 A pessoa como sujeito de direitos (a capacidade jurídica), 23
 - 4.3 A pessoa como elemento da norma (o pensamento de Kelsen), 25
 - 4.4 Crítica das teorias, 27
- 5 Classificação das pessoas, 30

- 5.1 As pessoas físicas e as pessoas jurídicas, 30
- 5.2 As pseudopersonificações, 32
- 6 Resumo do capítulo, 33
- II Pessoa física: começo e fim da personalidade, 39**
 - 1 Conceito de pessoa física, 39
 - 1.1 Conceitos formal e material de pessoa, 40
 - 1.1.1 Conceito formal ou técnico de pessoa, 41
 - 1.1.2 Conceito material ou institucional de pessoa, 41
 - 2 Pessoa e personalidade, 42
 - 2.1 Noção de personalidade, 42
 - 2.2 Personalidade e capacidade de direito. Remissão, 44
 - 3 Começo da personalidade, 44
 - 3.1 A partir de quando começa a personalidade, 44
 - 3.2 O nascimento, 45
 - 3.2.1 Sistemas que exigem a viabilidade ou forma humana, 45
 - 3.2.1.1 Direito romano, 45
 - 3.2.1.2 Direito francês, 46
 - 3.2.1.3 Direito espanhol, 47
 - 3.2.2 Sistemas que exigem simplesmente o nascimento com vida, 49
 - 3.2.2.1 Direito português, 49
 - 3.2.2.2 Direito italiano, 50
 - 3.2.2.3 Direito alemão, 51
 - 3.2.2.4 Direito brasileiro, 52
 - 3.3 O nascituro, 54
 - 4 Registro do nascimento das pessoas físicas, 58
 - 4.1 Importância do registro, 58
 - 4.2 Imperatividade do registro, 59
 - 4.3 Nascimento e parto, 60
 - 4.4 Registro efetuado pelo menor de vinte e um anos, 60
 - 4.5 O lugar do registro, 61
 - 4.6 Registro dos índios, 61
 - 4.7 Registro a bordo de navio, 61
 - 4.8 Registro do natimorto e do que morreu no parto, 62
 - 4.9 Registro de criança exposta ou abandonada, 62
 - 4.10 Registro de gêmeos, 62
 - 4.11 A questão da duplicidade de registros, 63
 - 5 Fim da personalidade, 63
 - 5.1 A morte natural, 63
 - 5.2 Prova da morte, 67
 - 5.3 Comoriência, 69
 - 5.4 Efeitos da comoriência, 70
 - 5.5 Morte presumida, 72
 - 5.5.1 Morte presumida sem declaração de ausência, 72
 - 5.5.2 Morte presumida com declaração de ausência, 73

- 6 Ausência, 74
 - 6.1 Ausentes, 74
 - 6.2 Curadoria dos bens do ausente, 75
 - 6.3 Sucessão provisória, 78
 - 6.4 Sucessão definitiva, 82
- 7 Resumo do capítulo, 83

III Capacidade, legitimação e estado, 89

- 1 Capacidade de direito ou de gozo, 89
- 2 Capacidade de fato ou de exercício, 91
- 3 Legitimação, 93
- 4 Estado, 94
 - 4.1 Conceito, 94
 - 4.2 O estado no direito pátrio, 96
 - 4.3 Características do estado civil. Uma análise crítica, 98
 - 4.4 Título de estado, 102
 - 4.5 Posse de estado, 103
 - 4.6 Conteúdo do estado, 104
 - 4.7 Ações de estado, 104
 - 4.7.1 Conceito, 104
 - 4.7.2 Ações de estado constitutivas e declarativas, 104
 - 4.7.3 Legitimados nas ações de estado, 105
 - 4.7.4 Efeitos *erga omnes* das sentenças nas ações de estado, 105
- 5 Resumo do capítulo, 107

IV Incapacidade absoluta e relativa, 111

- 1 Incapacidade, 111
 - 1.1 Incapacidade. Graus. Finalidade. Proteção, 111
 - 1.2 Suprimento da incapacidade, 113
 - 1.3 Sanção, 114
 - 1.4 Incapacidade absoluta e relativa, 115
- 2 Incapacidade absoluta, 116
 - 2.1 Idade, 116
 - 2.1.1 Capacidade negocial, 117
 - 2.1.2 A autonomia concedida ao menor, 117
 - 2.1.3 Capacidade de estar em juízo, 118
 - 2.1.4 Absolutamente incapaz e responsabilidade civil, 119
 - 2.1.5 A representação legal do menor, 119
 - 2.2 Enfermidade ou deficiência mental, 121
 - 2.3 Impossibilidade de manifestação de vontade, 123
 - 2.3.1 Surdos-mudos. Uma análise crítica, 124
- 3 Incapacidade relativa, 128
 - 3.1 Idade, 128
 - 3.1.1 A autonomia concedida ao menor, 129

- 3.1.2 Conflito entre o representante e o menor relativamente incapaz. Anulabilidade, 130
- 3.1.3 Capacidade extranegocial. Responsabilidade civil, 131
- 3.1.4 Emancipação, 131
 - 3.1.4.1 Emancipação voluntária, 132
 - 3.1.4.2 Emancipação judicial, 133
 - 3.1.4.3 Emancipação legal, 134
 - 3.1.4.3.1 Emancipação pelo casamento, 134
 - 3.1.4.3.2 Emancipação pelo exercício de emprego público efetivo, 136
 - 3.1.4.3.3 Emancipação pela colação de grau em curso superior, 136
 - 3.1.4.3.4 Emancipação pelo estabelecimento civil ou comercial com economia própria, 136
 - 3.1.4.3.5 Emancipação pela existência de relação de emprego, com economia própria, 137
- 3.2 Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido, 137
- 3.3 Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, 138
- 3.4 Os pródigos. Uma análise crítica, 139
 - 3.4.1 Evolução histórica, 139
 - 3.4.2 Conceito, fundamento e requisitos tradicionalmente aceitos, 139
 - 3.4.3 Efeitos da prodigalidade, 140
 - 3.4.4 Análise crítica da prodigalidade, 141
- 3.5 Proteção dos relativamente incapazes, 144
 - 3.5.1 Anulabilidade dos atos, 144
 - 3.5.2 Capacidade de direito. Suprimento da incapacidade de fato, 144
 - 3.5.3 Prescrição, 144
 - 3.5.4 Mútuo, 144
 - 3.5.5 Contrato de jogo ou aposta, 145
 - 3.5.6 Obrigação anulada, 145
 - 3.5.7 Partilha, 145
- 3.6 Os índios, 145
- 4 Ação de interdição, 148
 - 4.1 Legitimação, 148
 - 4.2 Competência, 151
 - 4.3 Aspectos processuais, 152
 - 4.4 A sentença de interdição e seu conteúdo, 153
 - 4.5 A publicidade da sentença, 154
 - 4.6 A cessação da incapacidade, 155
 - 4.7 Curatela. Remissão, 156
 - 4.8 Proteção aos doentes mentais, 156
- 5 Incapacidade natural. Atos praticados pelo doente mental antes da sentença de interdição, 157
- 6 Resumo do capítulo, 160

V Direitos da personalidade, 165

- 1 Direitos fundamentais, 165
 - 1.1 Os direitos fundamentais. Terminologia e antecedentes históricos, 165
 - 1.2 Os direitos fundamentais e os princípios constitucionais, 168
 - 1.3 Reflexos dos direitos fundamentais nas relações de direito privado, 171
- 2 Conceito de direitos da personalidade, 184
- 3 Natureza jurídica dos direitos da personalidade, 185
 - 3.1 Doutrina que nega a categoria do direito subjetivo, 186
 - 3.2 Doutrina que reconhece a categoria do direito subjetivo, 187
 - 3.3 Direitos da personalidade como categoria autônoma no sistema dos direitos subjetivos, 188
 - 3.4 Atipicidade dos direitos da personalidade, 189
- 4 Características dos direitos da personalidade, 190
 - 4.1 Direitos inatos, 191
 - 4.2 Direitos vitalícios, 192
 - 4.3 Direitos absolutos, 192
 - 4.4 Direitos relativamente indisponíveis, 193
 - 4.5 Direitos extrapatrimoniais, 194
 - 4.6 Direitos intransmissíveis e irrenunciáveis, 195
 - 4.7 Imprescritíveis, 195
 - 4.8 Direitos de objeto interior (dupla inerência), 196
- 5 A proteção dos direitos da personalidade, 197
 - 5.1 As dimensões (gerações) dos direitos fundamentais, 197
 - 5.2 Fundamentalidade formal e material dos direitos fundamentais, 200
 - 5.3 Proteção na declaração universal dos direitos do homem, 208
 - 5.4 A proteção no direito constitucional, 209
 - 5.5 A proteção no direito administrativo, 212
 - 5.6 A proteção no direito penal, 213
 - 5.7 A proteção no direito processual, 215
 - 5.8 A proteção no direito civil, 219
- 6 Os direitos da personalidade, 222
 - 6.1 Direito à vida, 222
 - 6.1.1 Proteção do nascituro. Remissão, 224
 - 6.1.2 Aborto, 228
 - 6.1.2.1 Análise sobre o enfoque dos direitos fundamentais em conflito, 229
 - 6.1.2.2 Análise sobre o enfoque do direito infraconstitucional, 233
 - 6.1.2.3 Hipóteses de permissibilidade do aborto. O anencéfalo, 234
 - 6.1.3 Reprodução assistida. O embrião, 237
 - 6.1.4 Direito a uma morte digna, 243
 - 6.1.4.1 Questões preliminares, 243
 - 6.1.4.2 Princípios e regras que fundamentam o direito a uma morte digna, 246
 - 6.1.4.3 A manifestação de vontade, 250

- 6.1.4.4 Testamento vital (diretivas antecipadas de vontade), 250
 - 6.1.4.5 O testamento vital na Resolução nº 1.995/2012 do Conselho Federal de Medicina, 252
 - 6.1.4.6 Medidas terapêuticas para se proporcionar uma morte digna, 254
- 6.1.5 Proteção *post mortem*, 255
 - 6.1.5.1 Os legitimados para proteção *post mortem*, 258
- 6.2 Direito ao Próprio Corpo, 260
 - 6.2.1 Uso do próprio corpo consagrado pelos costumes, 260
 - 6.2.2 Transfusão de sangue, 261
 - 6.2.3 Esterilização (vasectomia e laqueadura tubária), 262
 - 6.2.4 Transplantes, 263
 - 6.2.4.1 Noções preliminares, 263
 - 6.2.4.2 Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano em vida, 264
 - 6.2.4.3 Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano *post mortem*, 265
 - 6.2.5 Mudança de sexo, 267
 - 6.2.5.1 Noções preliminares, 267
 - 6.2.5.2 Natureza jurídica da mudança de sexo, 268
 - 6.2.5.3 Princípios e regras que fundamentam o direito à mudança de sexo, 268
 - 6.2.5.4 Efeitos no registro civil, 272
 - 6.2.5.5 Efeitos no direito de família, 279
- 6.3 Direito à identidade, 283
 - 6.3.1 A identidade estática e a identidade dinâmica, 283
 - 6.3.2 Importância da identificação da pessoa, 284
 - 6.3.3 O nome, 285
 - 6.3.3.1 Noções gerais, 285
 - 6.3.3.2 Natureza jurídica do nome. Teorias, 286
 - 6.3.3.3 Elementos do nome, 287
 - 6.3.3.4 Princípio da imutabilidade do nome e suas exceções, 287
 - 6.3.3.5 Proteção jurídica do nome, 291
 - 6.3.4 Lesão à identidade dinâmica, 292
- 6.4 Direito à liberdade, 293
- 6.5 Direito à igualdade, 294
- 6.6 Direito à segurança, 296
- 6.7 Direito à honra, 297
- 6.8 Direito à imagem, 299
- 6.9 Direito ao sigilo, 303
- 6.10 Direito à privacidade, 305
- 6.11 Direito ao planejamento familiar, 309
- 6.12 Obrigatoriedade do exame genético de DNA, 311
- 6.13 Direitos do autor, 314

- 7 Direitos da personalidade de pessoa jurídica. Remissão, 319
- 8 Clonagem humana, 319
- 9 Resumo do capítulo, 321

VI Pessoas jurídicas, 325

- 1 Noção preliminar, 325
- 2 Conceito, 327
 - 2.1 Terminologia, 327
 - 2.2 Conceito, 328
- 3 Função socioeconômica, 329
- 4 Antecedentes históricos, 330
 - 4.1 Direito romano, 330
 - 4.2 Idade média, 331
 - 4.3 Idade moderna, 332
- 5 Natureza jurídica, 332
 - 5.1 A classificação das teorias, 333
 - 5.2 Teoria da ficção, 334
 - 5.3 Teorias realistas, 335
 - 5.3.1 Teoria do órgão, 336
 - 5.3.2 Teoria da instituição, 336
 - 5.3.3 Teoria da realidade técnica, 338
 - 5.4 Teorias negatórias, 338
 - 5.4.1 Teoria do patrimônio coletivo, 338
 - 5.4.2 Teoria do patrimônio afetado, 339
 - 5.5 A natureza jurídica em face do direito brasileiro, 339
- 6 Elementos da pessoa jurídica, 340
 - 6.1 Elemento material, 341
 - 6.1.1 Pessoas, 341
 - 6.1.2 Patrimônio, 342
 - 6.2 Elemento formal (reconhecimento), 343
 - 6.2.1 A normatividade. Tipicidade das pessoas jurídicas, 343
 - 6.2.2 O ato constitutivo, 344
 - 6.2.3 O registro, 346
 - 6.3 Elemento teleológico (finalidade), 347
- 7 Classificação das pessoas jurídicas, 348
 - 7.1 Pessoas jurídicas de direito público externo, 348
 - 7.2 Pessoas jurídicas de direito público interno, 348
 - 7.3 Pessoas jurídicas de direito privado, 357
- 8 Capacidade da pessoa jurídica, 358
 - 8.1 Capacidade de direito, 358
 - 8.2 Capacidade de exercício, 360
- 9 Direitos da personalidade, 362
- 10 Domicílio. Nacionalidade. Nome, 366
 - 10.1 Domicílio. Remissão, 366

- 10.2 Nacionalidade, 366
- 10.3 Nome, 368
- 11 Responsabilidade da pessoa jurídica, 369
 - 11.1 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado, 369
 - 11.1.1 Responsabilidade contratual, 369
 - 11.1.2 Responsabilidade civil por atos ilícitos, 372
- 12 Responsabilidade civil do estado, 374
 - 12.1 Evolução histórica da responsabilidade civil do estado, 374
 - 12.2 Responsabilidade das pessoas de direito público à luz da CR/1988 e do Código Civil, 375
 - 12.3 Responsabilidade do estado por condutas omissivas, 377
 - 12.4 Casos de responsabilidade reconhecidos pela doutrina e jurisprudência, 380
 - 12.5 Prescrição, 383
- 13 Responsabilidade penal, 384
- 14 Extinção da pessoa jurídica, 387
 - 14.1 Causas de dissolução, 387
 - 14.1.1 Dissolução voluntária, 388
 - 14.1.2 Dissolução legal, 390
 - 14.1.3 Dissolução por ato governamental (administrativa), 392
 - 14.1.4 Dissolução judicial, 393
 - 14.2 Liquidação (destino dos bens) e averbação do cancelamento, 394
 - 14.2.1 Liquidação e averbação da dissolução das sociedades, 394
 - 14.2.2 Liquidação e averbação da dissolução das associações, 395
 - 14.2.3 Liquidação e averbação da dissolução das fundações, 397
- 15 Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, 398
 - 15.1 Personalidade da pessoa jurídica, 398
 - 15.2 Terminologia, 398
 - 15.3 Origem e evolução, 399
 - 15.4 Teorias sobre a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, 402
 - 15.5 Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no direito brasileiro, 405
 - 15.5.1 Posição adotada, 406
 - 15.5.2 Desconsideração no Código Civil, 407
 - 15.5.2.1 Efeitos da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, 409
 - 15.5.3 Desconsideração no Código de Defesa do Consumidor, 409
 - 15.5.3.1 A interpretação do § 5º do art. 28 do CDC, 411
 - 15.5.4 Desconsideração no direito tributário, 412
 - 15.5.5 Desconsideração inversa, 413
- 16 Entes sem personalidade, 414
 - 16.1 Família. Sociedades não personificadas. Herança jacente e vacante. Massa falida. Espólio, 414
 - 16.2 Condomínio, 417
- 17 Associações, 423
 - 17.1 Constituição e finalidade não econômica, 423

- 17.2 Conteúdo do ato constitutivo das associações, 424
- 17.3 Isonomia dos associados. Categorias especiais, 424
- 17.4 Intransmissibilidade da qualidade de associado. Transferência de quota. Efeitos, 424
- 17.5 Exclusão do associado. Recurso, 425
- 17.6 Intangibilidade dos direitos dos associados, 426
- 17.7 Competência privativa da assembleia geral, 426
- 17.8 Convocação dos órgãos deliberativos, 427
- 17.9 Dissolução da associação. Destino dos bens. Remissão, 427
- 18 Fundações, 428
 - 18.1 Constituição de fundação. Formas, 428
 - 18.2 Finalidade da fundação, 428
 - 18.3 Insuficiência dos bens afetados. Efeitos, 428
 - 18.4 Transferência de propriedade dos bens afetados, 429
 - 18.5 Elaboração dos estatutos da fundação, 429
 - 18.6 Fiscalização das fundações. Atribuição do Ministério Público, 429
 - 18.7 Alteração do estatuto da fundação. Requisitos, 430
 - 18.8 Ciência da minoria. Impugnação, 430
 - 18.9 Extinção da fundação, 431
 - 18.10 Destinação dos bens, 431
- 19 Sociedades (simples e empresárias), 431
- 20 Organizações religiosas e partidos políticos, 432
- 21 Empresas individuais de responsabilidade limitada (eireli), 434
- 22 Resumo do capítulo, 435

VII Domicílio, 443

- 1 Domicílio da pessoa física, 443
 - 1.1 A vinculação do homem com o lugar, 443
 - 1.2 Classificação do domicílio, 445
 - 1.3 Conceito e características do domicílio voluntário, 446
 - 1.4 Natureza jurídica do domicílio, 449
 - 1.5 Diferença entre domicílio, residência e moradia (habitação), 450
 - 1.6 Pluralidade de domicílio, 453
 - 1.7 Pessoa sem residência, 454
 - 1.8 Domicílio profissional, 454
 - 1.9 Domicílio do diplomata, 456
 - 1.10 Mudança de domicílio, 456
 - 1.11 Domicílio legal ou necessário, 457
 - 1.12 Domicílio de eleição. Especial ou negocial, 459
 - 1.13 Domicílio eleitoral, 461
 - 1.14 Relevância jurídica do domicílio no direito civil, 462
 - 1.15 Relevância do domicílio no processo civil, 463
- 2 A sede da pessoa jurídica, 466
 - 2.1 Domicílio da pessoa jurídica de direito público externo, 466

- 2.2 Domicílio da pessoa jurídica de direito público interno, 466
- 2.3 Domicílio da pessoa jurídica de direito privado, 468

3 Resumo do capítulo, 469

VIII Objeto do direito. Os bens, 473

- 1 Objeto do direito subjetivo, 473
 - 1.1 Objeto do direito subjetivo, 473
 - 1.2 Conteúdo do direito subjetivo, 475
 - 1.3 Objeto da relação jurídica, 476
- 2 Bem e coisa, 477
 - 2.1 Conceito de bem e de coisa. Divergência doutrinária, 477
 - 2.2 Características dos bens, 481
- 3 Prestações e direitos como objeto, 483
 - 3.1 Prestações, 483
 - 3.2 Direitos como objeto de direito, 485
- 4 A empresa e o estabelecimento empresarial, 488
 - 4.1 A empresa, 488
 - 4.2 O estabelecimento empresarial, 490
- 5 Patrimônio, 492
 - 5.1 Conceito de patrimônio, 492
 - 5.1.1 Várias acepções do patrimônio, 492
 - 5.1.2 Patrimônio global, 492
 - 5.1.3 Patrimônio ativo, 493
 - 5.1.3.1 Patrimônio bruto, 493
 - 5.1.3.2 Patrimônio líquido, 493
 - 5.2 Teorias sobre o patrimônio, 494
 - 5.2.1 Teoria personalista ou subjetiva do patrimônio, 494
 - 5.2.2 Teoria objetiva do patrimônio, 495
 - 5.2.3 Críticas às teorias, 496
 - 5.3 Conteúdo do patrimônio, 497
 - 5.3.1 Teoria do patrimônio mínimo, 498
 - 5.4 Patrimônio e círculo de direitos (esfera jurídica), 499
 - 5.5 Características do patrimônio, 500
 - 5.6 Tipos de patrimônio, 501
 - 5.6.1 Patrimônio geral, 502
 - 5.6.2 Patrimônio separado ou autônomo, 503
 - 5.7 O patrimônio como garantia dos credores, 504
 - 5.7.1 As várias classes de credores, 506
- 6 Classificação dos bens, 507
- 7 Bens considerados em si mesmos, 508
 - 7.1 Bens corpóreos e incorpóreos, 508
 - 7.2 Bens móveis e imóveis, 509
 - 7.2.1 Bens imóveis, 510
 - 7.2.2 Bens móveis, 513

- 7.3 Bens fungíveis e infungíveis, 514
- 7.4 Bens consumíveis e inconsumíveis, 515
- 7.5 Bens divisíveis e indivisíveis, 516
- 7.6 Bens singulares e coletivos, 517
- 8 Bens reciprocamente considerados, 517
 - 8.1 Bem principal e acessório, 517
 - 8.2 Frutos, 518
 - 8.3 Produtos, 520
 - 8.4 Rendimentos, 521
 - 8.5 Partes integrantes, 521
 - 8.6 Pertenças, 523
 - 8.7 Acessões, 524
 - 8.8 Benfeitorias, 526
 - 8.8.1 Conceito, 526
 - 8.8.2 Classificação das benfeitorias, 527
 - 8.8.3 Relevância jurídica das benfeitorias, 531
- 9 Bens subjetivamente considerados, 532
 - 9.1 Os bens considerados em relação aos titulares, 532
 - 9.2 Os bens públicos, 533
 - 9.2.1 Bens de uso comum do povo, 534
 - 9.2.2 Bens de uso especial, 535
 - 9.2.3 Bens dominicais, 535
 - 9.2.4 Regime jurídico e natureza dos bens públicos, 536
 - 9.2.5 Afetação e desafetação dos bens públicos, 539
 - 9.3 Os bens particulares, 540
- 10 Bens considerados em relação à sua negociabilidade, 540
- 11 Bem de família, 541
 - 11.1 Introdução, 541
 - 11.2 Origem e finalidade do bem de família, 542
 - 11.3 Bem de família convencional e legal, 543
 - 11.4 Bem de família convencional, 543
 - 11.4.1 Conceito, 544
 - 11.4.2 Localização no Código Civil, 544
 - 11.4.3 Legitimidade para instituir bem de família convencional, 545
 - 11.4.4 Forma da manifestação de vontade na constituição do bem de família convencional, 546
 - 11.4.5 Registro do bem de família convencional como elemento constitutivo, 547
 - 11.4.6 Objeto do bem de família convencional, 548
 - 11.4.7 Limitações em relação ao objeto, 550
 - 11.4.8 Efeitos do bem de família convencional, 552
 - 11.4.9 Exceções à impenhorabilidade, 553
 - 11.4.10 Administração do bem de família convencional, 554
 - 11.4.11 Extinção do bem de família convencional, 555

xviii Parte Geral • J. M. Leoni Lopes de Oliveira

- 11.4.12 Natureza jurídica, 556
 - 11.5 Bem de família legal, 556
 - 11.5.1 Introdução, 556
 - 11.5.2 Conceito, 557
 - 11.5.3 Beneficiados, 558
 - 11.5.4 Objeto, 560
 - 11.5.4.1 Imóvel, 561
 - 11.5.4.1.1 Imóvel residência da família, 561
 - 11.5.4.1.2 Imóvel de elevado valor, 562
 - 11.5.4.1.3 Proprietário de mais de um imóvel. Imóvel de menor valor, 562
 - 11.5.4.1.4 Imóvel em construção, 563
 - 11.5.4.2 Plantações e benfeitorias, 563
 - 11.5.4.3 Móveis que garantem o imóvel, 563
 - 11.5.5 Efeitos do bem de família legal, 565
 - 11.5.5.1 Impenhorabilidade, 565
 - 11.5.5.2 Exceções à impenhorabilidade, 566
 - 11.5.6 Oferecimento do bem de família à penhora. Renúncia, 571
- 12 Registro dos bens, 572
 - 12.1 Registro dos bens imóveis, 572
- 13 Resumo do capítulo, 574
- IX Fato jurídico: aquisição, modificação e extinção dos direitos, 579**
- 1 Fato jurídico, 579
 - 1.1 O tratamento dos fatos jurídicos no direito brasileiro, 579
 - 1.2 Os fatos, 581
 - 1.3 Os fatos jurídicos. Conceito, 582
 - 1.4 Classificação dos fatos jurídicos, 586
 - 1.4.1 A classificação de Pontes de Miranda, 587
 - 1.5 Classificação adotada, 590
 - 1.5.1 Fatos naturais ou externos (fatos jurídicos *stricto sensu*), 591
 - 1.5.1.1 Ordinários e extraordinários, 592
 - 1.5.2 Fatos humanos (atos jurídicos *lato sensu*), 593
 - 1.5.2.1 Lícitos e ilícitos, 593
 - 1.5.3 Fatos humanos lícitos, 595
 - 1.5.3.1 Ato-fato jurídico, 595
 - 1.5.3.2 Ato jurídico *stricto sensu*, 597
 - 1.5.3.3 Negócio jurídico, 598
 - 1.5.3.4 Outras classificações, 598
 - 1.6 Efeitos, 600
 - 2 Aquisição dos direitos, 600
 - 2.1 Aquisição originária e derivada, 601
 - 2.2 Direitos atuais e futuros, 603
 - 2.3 Diferença entre direito condicional, direito eventual e expectativa de direito, 604

- 3 Modificação dos direitos, 605
 - 3.1 Modificação subjetiva. Sucessão, 605
 - 3.1.1 Sucessão universal e singular, 606
 - 3.2 Modificação objetiva, 606
 - 3.2.1 Modificação quantitativa, 607
 - 3.2.2 Modificação qualitativa, 607
- 4 Extinção e perda dos direitos, 607
 - 4.1 Casos de extinção de direito, 608
 - 4.1.1 Morte do sujeito, 608
 - 4.1.2 Perecimento do objeto, 609
 - 4.1.3 Prescrição e decadência. Remissão, 609
 - 4.2 Casos de perda de direito, 610
 - 4.2.1 Alienação, 610
 - 4.2.2 Renúncia, 611
 - 4.2.3 Abandono, 611
 - 4.2.4 Desapropriação, 612
- 5 Resumo do capítulo, 612

X Ato jurídico lícito, 617

- 1 Conceito, 617
- 2 Classificação dos atos jurídicos, 620
 - 2.1 Atos que têm por fim imediato um resultado de fato, 621
 - 2.2 Atos cujos efeitos jurídicos só se produzem quando se cumpre o resultado de fato (ato-fato, atos reais), 623
 - 2.3 Atos que consistem em manifestações de conhecimento, 624
 - 2.4 Manifestações de sentimento, 625
- 3 *Numerus clausus* dos atos jurídicos, 625
- 4 Estatuto dos atos jurídicos, 626
- 5 Resumo do capítulo, 627

XI Negócio jurídico, 631

- 1 Autonomia privada, 631
 - 1.1 Evolução histórica, 631
 - 1.2 Noção de autonomia de vontade, autonomia privada e autodeterminação, 634
 - 1.3 Fundamentos clássicos da autonomia privada, 639
 - 1.4 Retificações ao dogma da autonomia privada, 640
- 2 Negócio jurídico, 647
 - 2.1 O termo *negócio jurídico*. A pandectística, 647
 - 2.2 Conceito de negócio jurídico, 650
- 3 A vontade, 651
 - 3.1 A vontade e o negócio jurídico, 651
 - 3.2 Importância da vontade no negócio jurídico, 651
 - 3.3 Teorias sobre a vontade no negócio jurídico, 655
 - 3.3.1 Teoria voluntarista, 655

- 3.3.2 Teoria da declaração, 655
- 3.3.3 Teorias da declaração como preceito e normativa, 656
- 3.4 A declaração da vontade, 658
 - 3.4.1 Divergência entre a vontade interna e a declaração de vontade, 659
 - 3.4.2 Classificação das declarações de vontade, 661
 - 3.4.2.1 Declarações expressas e tácitas, 661
 - 3.4.2.2 Declarações receptícias e não receptícias, 662
 - 3.4.3 O silêncio e seu valor jurídico, 663
- 4 Figuras de duvidoso caráter negocial, 664
- 5 Resumo do capítulo, 665

XII Classificação dos negócios jurídicos, 669

- 1 Classificação dos negócios jurídicos, 669
 - 1.1 Dificuldade e necessidade de classificação, 669
 - 1.2 Critérios de classificação adotados pela doutrina, 671
 - 1.3 Classificação adotada, 672
- 2 Classificação segundo o número de participantes, 673
 - 2.1 Negócios unilaterais e bilaterais ou plurilaterais, 673
 - 2.1.1 Negócios unilaterais e bilaterais unipessoais e pluripessoais, 674
 - 2.1.2 Negócios unilaterais receptícios e não receptícios, 675
 - 2.1.3 Negócios unilaterais pluripessoais coletivos ou complexos, 675
 - 2.1.4 Negócios bilaterais simples e sinalagmáticos, 675
- 3 Classificação segundo a eficácia do negócio jurídico, 676
 - 3.1 Negócios *inter vivos* e *mortis causa*, 676
 - 3.2 Negócios patrimoniais e extrapatrimoniais, 677
 - 3.3 Negócios dispositivos, obrigacionais e de administração, 678
 - 3.3.1 Negócios dispositivos, 678
 - 3.3.2 Negócios obrigacionais, 679
 - 3.3.3 Diferente tratamento normativo dos negócios de disposição e obrigacionais, 680
 - 3.3.4 Negócios de administração, 681
 - 3.4 Negócios constitutivos e declarativos, 682
- 4 Classificação segundo a forma do negócio jurídico, 682
 - 4.1 Negócios não formais, formais ou solenes, 682
 - 4.2 Negócios consensuais e reais, 684
- 5 Classificação segundo a atribuição patrimonial do negócio jurídico, 684
 - 5.1 Negócios onerosos e gratuitos, 684
 - 5.1.1 Diferente tratamento normativo dos negócios onerosos e gratuitos, 685
 - 5.2 Negócios comutativos e aleatórios, 686
 - 5.3 Causais e abstratos, 687
 - 5.3.1 Diferente tratamento normativo dos negócios causais e abstratos, 688
 - 5.4 Negócio fiduciário, 689
- 6 Classificação segundo o nexo entre vários negócios jurídicos, 691
 - 6.1 Negócios principais e acessórios, 691
- 7 Resumo do capítulo, 692

XIII Elementos e requisitos dos negócios jurídicos, 697

- 1 Considerações gerais, 697
 - 1.1 Conceitos filosóficos de elementos, estrutura e requisitos, 697
 - 1.2 Divergência terminológica na doutrina, 698
 - 1.3 Critério adotado, 701
- 2 Três planos do mundo jurídico, 702
 - 2.1 Plano da existência, 703
 - 2.2 Plano da validade, 705
 - 2.3 Plano da eficácia, 705
- 3 Elementos do negócio jurídico (pressupostos de existência), 706
 - 3.1 Sujeito, 706
 - 3.2 Manifestação de vontade. Remissão, 706
 - 3.3 Objeto, 707
 - 3.4 Forma, 707
- 4 Requisitos do negócio jurídico (pressupostos de validade), 707
- 5 Capacidade dos sujeitos, 707
 - 5.1 Outorgantes, 709
 - 5.2 Partes, 709
 - 5.3 Representantes. Remissão, 710
 - 5.4 Sucessores, 710
 - 5.4.1 Sucessores a título universal, 711
 - 5.4.2 Sucessores a título singular, 711
 - 5.4.3 Sucessores legais e voluntários, 711
 - 5.5 Terceiros, 712
 - 5.6 Credores, 712
 - 5.7 *Penitus extranei* ou terceiros propriamente ditos, 712
 - 5.8 Efeitos dos negócios jurídicos sobre os sujeitos e terceiros, 713
 - 5.8.1 Efeitos dos negócios jurídicos sobre as partes, 713
 - 5.8.2 Efeitos dos negócios jurídicos sobre os sucessores, 714
 - 5.8.3 Efeitos dos negócios jurídicos sobre os credores, 714
 - 5.8.4 Efeitos dos negócios jurídicos sobre os terceiros, 715
- 6 Liberdade da manifestação de vontade, 715
- 7 Idoneidade do objeto, 716
 - 7.1 Diferença entre objeto e conteúdo do negócio jurídico, 716
 - 7.2 Teorias sobre o objeto do negócio jurídico, 717
 - 7.2.1 Teorias amplas, 717
 - 7.2.2 Teorias intermediárias, 718
 - 7.2.3 Teorias restritivas, 718
 - 7.2.4 Posição adotada, 719
 - 7.3 Requisitos do objeto, 719
 - 7.3.1 Licitude, 721
 - 7.3.2 Possibilidade, 722
 - 7.3.2.1 Espécies de impossibilidade, 722
 - 7.3.2.2 Efeitos da impossibilidade, 723

- 7.3.3 Determinabilidade, 724
- 7.3.4 Patrimonialidade, 724
- 7.4 A pessoa não pode ser objeto de negócio jurídico, 725
- 8 Adequação da forma, 727
 - 8.1 Noção, 727
 - 8.2 Evolução histórica, 727
 - 8.3 A forma no direito pátrio, 729
- 9 Causa, 730
 - 9.1 Noções gerais, 730
 - 9.2 Evolução doutrinária, 731
 - 9.3 Teoria subjetivista, 731
 - 9.4 Teoria objetivista, 732
 - 9.5 Teoria eclética, 733
 - 9.6 Teoria anticausalista, 734
 - 9.7 Diferença entre causa e motivos, 734
- 10 Resumo do capítulo, 735

XIV Representação, 739

- 1 Noções gerais, 739
- 2 Evolução histórica, 740
 - 2.1 Direito romano, 740
 - 2.2 Direito medieval, 741
 - 2.3 Direito moderno, 742
- 3 Conceito, requisitos e natureza jurídica da representação, 743
 - 3.1 Conceito, 743
 - 3.2 Requisitos da representação, 745
 - 3.2.1 Atuação em nome de outrem, 745
 - 3.2.2 Para a prática de atos negociais, 746
 - 3.2.3 No interesse do representado, 746
 - 3.2.4 Incidência dos efeitos jurídicos na esfera jurídica do representado, 746
 - 3.3 Natureza jurídica, 747
 - 3.3.1 Teoria da ficção, 747
 - 3.3.2 Teoria da substituição, 747
 - 3.3.3 Teoria do órgão, 748
- 4 Representação e institutos afins, 749
 - 4.1 A representação e o nuncio, 750
 - 4.2 Representação e mandato, 750
- 5 Classificação da representação, 751
 - 5.1 Representação ativa e passiva, 751
 - 5.2 Representação direta e indireta, 752
 - 5.3 Representação legal, convencional e judicial. Representante aparente, 754
- 6 Representação legal, 755
- 7 Representação voluntária, 756
 - 7.1 Os sujeitos da representação, 757

- 7.2 O objeto da representação, 759
- 7.3 O conteúdo da representação, 760
 - 7.3.1 Deveres e obrigações do representante (mandatário), 760
 - 7.3.2 Deveres e obrigações do representado (mandante), 762
- 8 O poder de representação, 762
 - 8.1 Natureza jurídica, 764
 - 8.2 A procuração, 765
- 9 Extinção da representação, 767
- 10 Resumo do capítulo, 768

XV Interpretação dos negócios jurídicos, 771

- 1 Conceito, 771
- 2 Interpretação das leis e dos negócios jurídicos, 775
- 3 Finalidade e objeto de interpretação, 777
- 4 Critérios de interpretação, 779
 - 4.1 Interpretação subjetiva, 779
 - 4.2 Interpretação objetiva, 780
- 5 Direito estrangeiro, 780
 - 5.1 Direito francês, 781
 - 5.2 Direito alemão, 783
 - 5.3 Direito italiano, 785
 - 5.4 Direito português, 786
- 6 Princípios de interpretação dos negócios jurídicos, 787
 - 6.1 Princípio da boa-fé, 787
 - 6.2 Princípio da conservação do negócio jurídico, 790
 - 6.3 Princípio da conduta posterior das partes, 791
 - 6.4 Princípio do *favor debitoris*, 792
- 7 Elementos de interpretação dos negócios jurídicos, 792
 - 7.1 Interpretação gramatical, 793
 - 7.2 Interpretação sistemática, 793
 - 7.3 Interpretação histórica do negócio jurídico, 794
 - 7.4 Interpretação finalista do negócio jurídico, 794
 - 7.5 Interpretação segundo o intérprete do negócio jurídico, 795
- 8 Os usos dos negócios como critério de interpretação, 795
- 9 Interpretação de determinados negócios jurídicos, 796
 - 9.1 Negócios gratuitos, 796
 - 9.2 Negócios formais, 796
 - 9.3 Declarações receptícias e não receptícias, 797
 - 9.4 Negócios *mortis causa* (testamentos), 797
 - 9.5 Contrato de adesão ou com cláusulas predispostas, 798
 - 9.6 Interpretação nas relações consumeristas, 798
 - 9.7 Reserva mental. Remissão, 798
 - 9.8 Silêncio. Remissão, 798
- 10 Resumo do capítulo, 798

XVI Elementos acidentais dos negócios jurídicos (Condição, Termo e Encargo), 801

- 1 Elementos acidentais do negócio jurídico, 801
 - 1.1 Diferença entre elementos essenciais e acidentais, 801
 - 1.2 Conceito de elementos acidentais, 803
 - 1.3 Os elementos acidentais, 804
- 2 Condição, 804
 - 2.1 Conceito, 804
 - 2.2 Requisitos da condição, 807
 - 2.2.1 Requisito da voluntariedade, 807
 - 2.2.2 Requisito da determinação, 808
 - 2.2.3 Requisito da futuridade, 808
 - 2.2.4 Requisito da incerteza, 809
 - 2.2.5 Requisito da possibilidade, 810
 - 2.2.6 Requisito da licitude, 810
 - 2.3 Negócios jurídicos que não admitem condição, 811
 - 2.3.1 Negócios incondicionais por expressa determinação legal, 811
 - 2.3.2 Negócios incondicionais sem expressa determinação legal, 812
 - 2.3.3 Consequências da condição aposta em negócios incondicionais, 812
 - 2.4 Classificação das condições, 812
 - 2.4.1 Condições casuais, potestativas e mistas, 813
 - 2.4.2 Condições positivas e negativas, 814
 - 2.4.3 Condições suspensivas e resolutivas, 815
 - 2.4.3.1 Efeitos do direito condicional enquanto pende a condição suspensiva, 817
 - 2.4.3.2 Efeitos do direito condicional quando a condição suspensiva se realiza, 819
 - 2.4.3.3 Efeitos do direito condicional quando a condição suspensiva é falha, 823
 - 2.4.3.4 Efeitos do direito condicional enquanto pende a condição resolutiva, 823
 - 2.4.3.5 Efeitos do direito condicional quando a condição resolutiva se realiza, 823
 - 2.4.3.6 Efeitos do direito condicional quando a condição resolutiva é falha, 825
 - 2.4.4 Condições que determinam a invalidade do negócio jurídico, 825
 - 2.4.4.1 Condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas, 826
 - 2.4.4.2 Condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita, 827
 - 2.4.4.2.1 Condições contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes, 828
 - 2.4.4.2.2 Condições que privarem de todo efeito o negócio jurídico, por serem incompreensíveis ou contraditórias (perplexas), 831

- 2.4.4.2.3 Condições que subordinam o efeito do negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes (condições potestativas), 832
 - 2.4.5 Condições consideradas inexistentes, 833
 - 2.4.6 A condição maliciosamente obstada ou provocada pelo interessado, 834
- 3 Termo, 835
 - 3.1 Conceito, 835
 - 3.2 Semelhanças e diferenças entre a condição e o termo, 836
 - 3.3 Espécies de termo, 837
 - 3.3.1 Expresso e tácito, 838
 - 3.3.2 Certo e determinado e certo, mas indeterminado, 838
 - 3.3.3 Essencial e não essencial, 840
 - 3.3.4 Termo inicial e termo final, 840
 - 3.4 Prazo, 841
 - 3.5 A mora, 843
 - 3.5.1 Requisitos da mora, 844
 - 3.5.1.1 A existência de obrigação líquida, 844
 - 3.5.1.2 O vencimento da obrigação, 844
 - 3.5.1.3 A culpa, 844
 - 3.5.1.4 Interesse econômico para o credor no cumprimento da obrigação, 845
 - 3.5.2 Efeitos da mora do devedor, 845
 - 3.5.3 Efeitos da mora do credor, 846
- 4 Encargo, 846
 - 4.1 Conceito, 846
 - 4.2 Diferença entre encargo e condição, 847
 - 4.3 O regime do encargo, 848
 - 4.4 Consequência do descumprimento do encargo, 849
 - 4.5 O encargo na doação e no direito sucessório, 849
- 5 Pressuposição, 850
- 6 Resumo do capítulo, 852

XVII Defeitos dos negócios jurídicos, 857

- 1 Defeitos do negócio jurídico, 857
 - 1.1 Noção geral, 857
 - 1.2 Os vícios da vontade, 858
 - 1.3 Os vícios sociais, 859
- 2 Erro, 860
 - 2.1 Conceito, 860
 - 2.2 Fundamento do erro como vício da vontade, 861
 - 2.3 Requisitos do erro, 862
 - 2.3.1 O erro deve ser substancial, 862
 - 2.3.1.1 Erro substancial quanto à natureza do negócio, 863

- 2.3.1.2 Erro substancial quanto ao objeto do negócio ou suas qualidades essenciais, 863
 - 2.3.1.3 Erro substancial quanto à pessoa, 863
 - 2.3.1.4 Erro na indicação de pessoa ou coisa, 864
 - 2.3.1.5 Erro de direito, 864
 - 2.3.1.6 Diferença entre erro substancial e vício redibitório, 867
 - 2.3.2 O erro deve ser escusável ou desculpável, 867
 - 2.3.3 O erro deve ser perceptível pela outra parte (princípio da recognoscibilidade), 869
- 2.4 Erro-obstáculo ou impróprio e erro-vício ou próprio, 870
- 2.5 Transmissão errônea da vontade, 871
- 2.6 Erro e falso motivo, 872
- 2.7 Execução do negócio jurídico na conformidade da vontade real do manifestante, 873
- 2.8 Prova do erro, 873
- 2.9 Efeitos do erro. Interesse negativo, 874
- 2.10 Erro nos negócios unilaterais e bilaterais, 875
- 3 Dolo, 875
 - 3.1 Conceito, 875
 - 3.2 Diferença entre dolo e erro, 876
 - 3.3 Diferença entre dolo e fraude, 877
 - 3.4 Requisitos do dolo, 878
 - 3.4.1 Intenção de enganar o outro contraente, 878
 - 3.4.2 Induzir o outro contraente em erro ou engano, 878
 - 3.4.3 Causar prejuízo ao outro contraente, 879
 - 3.4.4 Angariar benefício para o seu autor ou terceiro, 879
 - 3.4.5 O dolo deve ser a causa determinante da realização do negócio jurídico, 879
 - 3.5 Espécies de dolo, 879
 - 3.5.1 Dolo principal e dolo accidental, 880
 - 3.5.2 *Dolus bonus* e *dolus malus*, 880
 - 3.5.3 Dolo positivo e dolo negativo, 881
 - 3.6 Dolo de terceiro, 881
 - 3.7 Dolo do representante, 882
 - 3.8 Dolo bilateral, 883
 - 3.9 Prova do dolo, 884
 - 3.10 Efeitos do dolo, 884
- 4 Coação, 884
 - 4.1 Conceito, 884
 - 4.2 Requisitos da coação, 887
 - 4.2.1 Ser a causa do negócio jurídico, 887
 - 4.2.2 Ser grave, 888
 - 4.2.3 Ser injusta, 888
 - 4.2.4 Ser atual ou iminente, 889

- 4.2.5 Recair sobre a pessoa da vítima, sua família ou de outras pessoas, ou de seus bens, 889
 - 4.2.6 Intensidade da ameaça, 890
 - 4.3 Causas de exclusão da coação, 891
 - 4.3.1 O exercício normal de um direito. Remissão, 891
 - 4.3.2 O temor reverencial, 891
 - 4.4 Coação de terceiros, 892
- 5 Estado de perigo, 893
 - 5.1 Terminologia, 893
 - 5.2 Conceito, 893
 - 5.3 Diferença entre estado de perigo e coação, 895
 - 5.4 Diferença entre estado de perigo e lesão, 895
 - 5.5 Requisitos do estado de perigo, 897
 - 5.5.1 Estado de necessidade, 897
 - 5.5.2 Perigo de dano atual ou iminente, 898
 - 5.5.3 Perigo de dano grave, 898
 - 5.5.4 Perigo de dano sobre a pessoa do declarante, de sua família ou de outras pessoas, 898
 - 5.5.5 Conhecimento do perigo pela outra parte, 899
 - 5.5.6 Assunção de obrigação excessivamente onerosa, 899
 - 5.6 Efeitos do estado de perigo, 900
- 6 Lesão, 901
 - 6.1 Evolução histórica, 901
 - 6.2 Conceito, 902
 - 6.3 Elementos da lesão, 904
 - 6.3.1 Elemento objetivo, 904
 - 6.3.1.1 Desproporção entre as prestações, 904
 - 6.3.1.2 Momento de sua verificação, 905
 - 6.3.2 Elemento subjetivo, 905
 - 6.3.2.1 Em relação à vítima, 905
 - 6.3.2.2 Em relação ao lesante, 906
 - 6.4 Efeitos da lesão, 906
- 7 Simulação. Remissão, 907
- 8 Reserva mental, 908
- 9 Fraude contra credores, 909
 - 9.1 Os meios de conservação da garantia patrimonial, 909
 - 9.2 Conceito, 912
 - 9.3 Requisitos, 913
 - 9.4 As hipóteses de fraude contra credores no Código Civil, 916
 - 9.4.1 Atos de transmissão gratuita de bens, 916
 - 9.4.2 A remissão de dívidas, 917
 - 9.4.3 Atos de transmissão onerosa de bens, 918
 - 9.4.4 O pagamento de dívida ainda não vencida, 919
 - 9.4.5 As garantias de dívidas oferecidas pelo devedor insolvente, 920

- 9.5 Atos válidos praticados pelo devedor insolvente, 921
- 9.6 A ação revocatória ou pauliana, 921
 - 9.6.1 Legitimação *ad causam*, 924
 - 9.6.1.1 Legitimação ativa para a ação revocatória ou pauliana, 924
 - 9.6.1.2 Legitimação passiva para a ação revocatória ou pauliana, 926
 - 9.6.2 Efeitos da ação revocatória ou pauliana, 926
 - 9.6.3 Decadência da ação revocatória ou pauliana, 928
- 9.7 Fraude à execução, 928
- 10 Resumo do capítulo, 929

XVIII Invalidade e ineficácia do negócio jurídico, 935

- 1 Três planos do mundo jurídico. Remissão, 935
- 2 Teoria da invalidade, 935
 - 2.1 Terminologia, 935
 - 2.2 Conceito e graus de invalidade, 936
- 3 Nulidade, 938
 - 3.1 Conceito, 938
 - 3.2 Características, 939
 - 3.3 Causas de nulidade, 941
 - 3.3.1 Quando praticado por pessoa absolutamente incapaz, 941
 - 3.3.2 Quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto, 942
 - 3.3.3 Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito, 943
 - 3.3.4 Quando não revestir a forma prescrita em lei, 943
 - 3.3.5 Quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade, 944
 - 3.3.6 Quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa, 945
 - 3.3.6.1 Fraude à lei, 945
 - 3.3.6.2 Diferença entre fraude à lei e outras figuras, 945
 - 3.3.6.3 Âmbito de aplicação da fraude à lei, 946
 - 3.3.6.4 Efeitos da fraude à lei, 947
 - 3.3.7 Quando a lei taxativamente o declarar nulo ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção, 947
- 4 Simulação, 947
 - 4.1 Conceito, 947
 - 4.2 Hipóteses de simulação, 948
 - 4.3 Requisitos, 949
 - 4.3.1 Acordo dos contratantes, 949
 - 4.3.2 Desconformidade consciente entre a vontade e a realidade, 950
 - 4.3.3 Finalidade de enganar terceiros, 950
 - 4.4 Diferença entre simulação e outras figuras afins, 951
 - 4.4.1 Simulação e fraude à lei, 951
 - 4.4.2 Simulação e negócio fiduciário, 952
 - 4.5 Espécies de simulação, 952

- 4.5.1 Simulação absoluta e relativa, 952
- 4.5.2 Simulação inocente e culposa, 953
- 4.6 Prova da simulação, 954
- 4.7 Efeitos da simulação, 955
 - 4.7.1 Efeitos entre as partes, 955
 - 4.7.1.1 Efeitos entre as partes na simulação inocente ou culposa, 955
 - 4.7.1.2 Efeitos entre as partes na simulação relativa, 956
 - 4.7.1.3 Efeitos entre as partes na simulação absoluta, 956
 - 4.7.1.4 Efeitos entre as partes na simulação que implique fraude à lei, 957
 - 4.7.2 Efeitos em relação a terceiros, 957
- 5 Espécies de nulidade, 957
- 6 Efeitos da nulidade, 958
- 7 Ação de nulidade, 959
 - 7.1 Imprescritibilidade, 960
 - 7.2 Insanabilidade, 961
 - 7.3 Meramente declaratória, 961
 - 7.4 Legitimados para a ação de nulidade, 962
- 8 Conversão do negócio nulo, 963
- 9 Anulabilidade, 965
 - 9.1 Conceito, 965
 - 9.2 Características, 966
 - 9.3 Causas de anulabilidade, 966
 - 9.3.1 Incapacidade relativa do agente, 966
 - 9.3.2 Vício resultante de erro, dolo ou coação. Remissão, 968
 - 9.4 Efeitos da anulabilidade, 968
 - 9.4.1 Efeitos da sentença que reconhece a anulabilidade, 968
 - 9.4.1.1 Corrente que atribui efeitos *ex nunc* à sentença que reconhece a anulabilidade, 969
 - 9.4.1.2 Corrente que atribui efeitos *ex tunc* à sentença que reconhece a anulabilidade, 971
 - 9.4.1.3 Posição adotada, 973
 - 9.5 Ação de anulabilidade, 977
 - 9.5.1 Legitimados para a ação de anulabilidade, 979
 - 9.6 Confirmação do negócio anulável, 979
 - 9.7 Princípio da conservação do negócio jurídico, 981
- 10 Ineficácia, 982
- 11 Resumo do capítulo, 983

XIX Ato ilícito. Responsabilidade civil, 987

- 1 Ato ilícito, 987
 - 1.1 Atos danosos lícitos e ilícitos, 987
 - 1.2 As noções de ilicitude. Ato ilícito em sentido estrito e de responsabilidade civil, 988

- 1.3 O ilícito civil e o ilícito penal, 994
- 1.4 O ilícito como fonte de obrigações, 996
- 1.5 O ilícito contratual e o ilícito extracontratual, 996
- 1.6 Elementos do ato ilícito, 998
 - 1.6.1 A conduta, 998
 - 1.6.2 A culpabilidade, 999
 - 1.6.2.1 A questão da imputabilidade no direito brasileiro, 999
 - 1.6.2.2 A culpabilidade em sentido amplo, 1000
 - 1.6.2.3 O dolo, 1003
 - 1.6.2.4 A culpa, 1004
 - 1.6.2.4.1 Graus de culpa, 1005
 - 1.6.2.4.2 Espécies de culpa, 1006
 - 1.6.2.4.3 Concorrência de culpa, 1006
 - 1.6.3 O dano, 1008
 - 1.6.3.1 Dano material, 1008
 - 1.6.3.2 Dano moral, 1009
 - 1.6.3.3 Liquidação do dano, 1012
 - 1.6.4 A relação de causalidade, 1013
 - 1.6.4.1 Teorias sobre a relação de causalidade, 1013
 - 1.6.4.2 Teoria da equivalência de condições, 1013
 - 1.6.4.3 Teoria da causalidade direta e imediata, 1014
 - 1.6.4.4 Teoria da causalidade adequada, 1014
 - 1.6.4.5 Teoria do escopo da norma violada, 1015
 - 1.6.4.6 Divergência sobre a teoria adotada no sistema pátrio. Posição adotada, 1015
 - 1.6.4.7 Interrupção do nexo de causalidade, 1020
 - 1.6.4.7.1 Fato exclusivo da vítima, 1020
 - 1.6.4.7.2 Fato de terceiro, 1022
 - 1.6.4.7.3 Caso fortuito ou de força maior, 1024
- 1.7 O ônus da prova, 1027
- 1.8 Exclusão da ilicitude, 1027
 - 1.8.1 Legítima defesa, 1028
 - 1.8.2 Estado de necessidade, 1030
 - 1.8.3 Exercício regular do direito, 1032
 - 1.8.4 Consentimento do ofendido, 1033
- 1.9 Abuso do direito. Ilícito civil, 1033
 - 1.9.1 Desenvolvimento histórico, 1034
 - 1.9.2 Requisitos do abuso do direito, 1036
 - 1.9.3 Hipóteses de abuso de direito, 1039
 - 1.9.4 Efeitos do abuso de direito, 1040
 - 1.9.5 Direitos que se exercem discricionariamente, 1040
- 2 Responsabilidade civil, 1041
 - 2.1 Conceito, 1041
 - 2.2 Evolução histórica, 1042

- 2.2.1 A teoria clássica da culpa, 1042
- 2.2.2 A teoria do risco, 1044
 - 2.2.2.1 A teoria do risco-benefício ou risco proveito, 1044
 - 2.2.2.2 A teoria do risco criado ou agravado, 1045
- 2.3 Espécies de responsabilidade civil, 1046
 - 2.3.1 Responsabilidade civil contratual e extracontratual, 1046
 - 2.3.1.1 Responsabilidade pré-contratual, 1048
 - 2.3.2 Responsabilidade civil por ato próprio e por ato de terceiro, 1050
 - 2.3.3 Responsabilidade civil por ato de terceiro, 1050
 - 2.3.3.1 Responsabilidade civil dos genitores, tutores e curadores, 1051
 - 2.3.3.2 Responsabilidade civil dos patrões e dos comitentes, 1059
 - 2.3.3.3 Responsabilidade civil dos educadores e hoteleiros, 1061
 - 2.3.4 Responsabilidade civil por fato da coisa, 1062
 - 2.3.5 Responsabilidade civil por fato de animal, 1063
- 2.4 Responsabilidade civil do estado. Remissão, 1064
- 3 Resumo do capítulo, 1064

XX Prescrição e decadência, 1069

- 1 A influência do tempo nos direitos subjetivos, 1069
- 2 Prescrição, 1070
 - 2.1 Conceito, 1070
 - 2.1.1 Nosso posicionamento, 1072
 - 2.2 Fundamento da prescrição, 1074
 - 2.3 Natureza jurídica da prescrição, 1075
 - 2.4 Usucapião e prescrição, 1076
 - 2.5 Objeto da prescrição, 1078
 - 2.6 Requisitos da prescrição, 1079
 - 2.7 O estatuto da prescrição, 1080
 - 2.7.1 Início do prazo prescricional (*a quo*), 1080
 - 2.7.2 Prescrição. Exceção, 1082
 - 2.7.2.1 Modos de se arguir a prescrição, 1082
 - 2.7.2.2 A noção de exceção, 1083
 - 2.7.2.3 Exceção autônoma e exceção não autônoma, 1084
 - 2.7.3 Inderrogabilidade dos prazos prescricionais, 1084
 - 2.7.4 Renúncia da prescrição. Renúncia expressa e tácita, 1086
 - 2.7.5 Conhecimento de ofício da prescrição, 1087
 - 2.7.6 Momento de arguição da prescrição, 1093
 - 2.7.7 Responsabilidade dos assistentes dos relativamente incapazes e dos representantes das pessoas jurídicas, 1094
 - 2.7.8 *Accessio praescriptionis*, 1095
 - 2.7.8.1 Sucessão em direito civil, 1095
 - 2.7.8.2 *Accessio praescriptionis*, 1097
- 3 Causas que impedem ou suspendem a prescrição, 1098

- 3.1 Causas que impedem ou suspendem a prescrição em virtude de parentesco ou situações semelhantes, 1099
 - 3.1.1 Constância da sociedade conjugal, 1099
 - 3.1.2 Parentesco em linha reta durante o poder familiar, 1100
 - 3.1.3 Tutela e curatela, 1101
- 3.2 Causas que impedem ou suspendem a prescrição em razão da dificuldade de o credor fazer valer seus direitos, 1101
 - 3.2.1 Incapacidade absoluta do credor, 1101
 - 3.2.2 Ausentes do país em serviço público, 1102
 - 3.2.3 Serviço em tempo de guerra, 1102
- 3.3 Causas de impedimento. Situações de natureza técnica de determinados direitos subjetivos, 1103
 - 3.3.1 Condição suspensiva, 1103
 - 3.3.2 Direito a termo, 1104
 - 3.3.3 Ação de evicção, 1105
 - 3.3.4 Apuração da questão prejudicial no juízo criminal, 1106
- 3.4 Suspensão da prescrição. Solidariedade ativa. Obrigação indivisível, 1107
- 4 Interrupção da prescrição, 1108
 - 4.1 Atos que interrompem a prescrição, 1108
 - 4.1.1 Interrupção da prescrição por conduta do credor, 1110
 - 4.1.2 Interrupção da prescrição por conduta do devedor, 1113
 - 4.2 Legitimados para interromper a prescrição, 1114
 - 4.3 Interrupção da prescrição. Obrigações divisíveis, solidárias e indivisíveis. Fiança, 1114
 - 4.4 Prazos prescricionais, 1115
 - 4.4.1 Regra geral. Prescrição ordinária, 1115
 - 4.4.2 Prazos prescricionais especiais, 1116
- 5 Decadência, 1118
 - 5.1 Conceito, 1118
 - 5.2 Fundamento e objeto da decadência, 1120
 - 5.3 O estatuto da decadência, 1120
 - 5.4 Aplicação de normas da prescrição à decadência, 1121
 - 5.5 Inadmissibilidade de renúncia à decadência legal, 1121
 - 5.6 Decadência legal. Conhecimento de ofício, 1122
 - 5.7 Decadência convencional. Necessidade de alegação, 1122
 - 5.8 Prazos de decadência, 1122
- 6 Diferença entre prescrição e decadência, 1123
- 7 Resumo do capítulo, 1124

XXI As provas, 1127

- 1 Introdução, 1127
 - 1.1 A necessidade da prova na existência humana, 1127
 - 1.2 A necessidade da prova no direito, 1128
 - 1.2.1 Prova dos fatos alegados, 1128

- 1.2.2 Prova dos direitos municipal, estadual, estrangeiro e consuetudinário, 1129
- 1.3 O tratamento da prova no Código Civil, 1130
- 1.4 Ônus da prova, 1131
 - 1.4.1 Inversão do ônus da prova em relação consumerista, 1132
- 1.5 Classificação das provas, 1133
- 1.6 Características das provas, 1134
- 1.7 Meio de provas. Provas típicas, 1134
- 1.8 Espécies de provas, 1135
- 2 Presunção, 1135
 - 2.1 Presunção de fato, 1137
 - 2.2 Fatos notórios, 1137
- 3 Confissão, 1138
 - 3.1 Confissão. Eficácia. Confissão do representante. Efeitos, 1140
 - 3.2 Confissão. Irrevogabilidade. Invalidade, 1141
- 4 Documentos, 1143
 - 4.1 Documento. Escritura pública. Requisitos, 1143
 - 4.2 Cópias dos atos judiciais. Certidões e traslados. Efeitos, 1145
 - 4.3 Tabelião e oficial de registro. Traslados e certidões. Efeitos, 1145
 - 4.4 Atos produzidos em juízo. Traslados e certidões. Efeitos, 1146
 - 4.5 Declarações. Declarações dispositivas e declarações enunciativas, 1147
 - 4.6 Anuência. Autorização. Forma, 1148
 - 4.7 Instrumento particular. Efeitos. Cessão de crédito. Prova, 1149
 - 4.8 Telegrama, 1151
 - 4.9 Cópia de documento. Impugnação. Título de crédito, 1153
 - 4.10 Documento redigido em língua estrangeira. Tradução, 1153
 - 4.11 Documento em sentido amplo. Reproduções mecânicas ou eletrônicas. Efeitos, 1154
 - 4.12 Escrituração dos empresários. Efeitos, 1155
 - 4.12.1 Exibição dos livros, 1155
 - 4.12.2 Livros. Prova contra o empresário. Prova a favor do empresário, 1156
- 5 Testemunhas, 1157
 - 5.1 Prova testemunhal. Admissibilidade, 1157
 - 5.2 Testemunhas. Incapazes. Impedidos. Suspeitos, 1158
 - 5.3 Dispensa de depor. Segredo. Desonra. Perigo de vida, 1161
- 6 Perícia, 1162
 - 6.1 Perícia. Exame médico. Recusa. Efeitos, 1162
 - 6.2 Recusa à perícia. Presunção legal. Presunção relativa, 1164
- 7 Resumo do capítulo, 1165